

Provas da existência de Deus entre Anselmo de Cantuária, Tomás de Aquino e C.S. Lewis

Proofs for the existence of God between Anselm of Canterbury, Thomas Aquinas, and C.S. Lewis

PEDRO FARIAS MENTOR¹

TALITA CAMILO LEMOS²

JÉSSICA RODRIGUES LARA³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar de forma não exaustiva três argumentos a favor da existência de deus: o argumento ontológico, o argumento teleológico e o argumento do desejo, representados na filosofia de Anselmo da Cantuária, Tomás de Aquino e C. S. Lewis, concomitantemente. Começamos explicando como a discussão sobre a existência de deus pode ser uma indagação eminentemente filosófica, as especificidades da filosofia cristã em lidar com essa questão para logo em seguida sumarizar o pensamento dos três pensadores.

Palavras-chave: Cristianismo. Deus. Filosofia da Religião. Medievalidade. Teologia.

Abstract: The following paper aims to present in a non-exhaustive way three arguments in favor of the existence of god: the ontological argument, the teleological argument and the argument of desire, represented in the philosophy of Anselmo da Canterbury, Thomas Aquinas and C. S. Lewis, concomitantly. We begin by explaining how the discussion about the existence of god can be an eminently philosophical question, the specifics of Christian philosophy in dealing with this issue, and then summarizing the thinking of the three thinkers.

¹ Mestrando profissional em Ensino de Humanidades e Linguagens pelo Instituto Federal de Brasília (2022). Tecnólogo em Panificação pelo Instituto Federal de Brasília (2022). Graduado em Filosofia pela Universidade de Brasília (2016 - 2021) tendo realizado três projetos de pesquisa pelo programa de Iniciação Científica (UnB/CNPq/FAP-DF): o primeiro sobre aceleracionismo, o segundo sobre urbanização e corpos dissidentes e o terceiro sobre inteligências artificiais e cosmotécnicas (interrompido devido a conclusão do curso). Especialização em andamento em Docência do Ensino Superior e Metodologias Ativas de Aprendizado e em Docência e Performance na Educação à Distância pela plataforma Descomplica. Integra o Grupo de Pesquisa Anarchai - Metafísica e Política contemporâneas (UnB/CNPq), Boto - Grupo de Leitura e de Pesquisa de Gênero, Cosmopolíticas e Ensino de Filosofia e Grupo Contando Contos. E-mail: pedrofariasmentor@gmail.com

² Graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (2016 - 2020). Integra o Grupo Pesquisa Anarchai - Metafísica e Política Contemporâneas (UnB/CNPq), o Grupo de leitura "Contando Contos" e o Boto - Grupo de Leitura e de Pesquisa de Gênero, Cosmopolíticas e Ensino de Filosofia. Principais áreas de interesse incluem: Mitologia, Filosofia Antiga (Mulheres na Filosofia Antiga), Filosofia e Feminismo (saberes produzidos por mulheres), Estudos e Idiomas Clássicos (Grego e Latim), Estudos Cosmopolíticos e Americanos. E-mail: talitalemosc@gmail.com

³ Graduada em Filosofia pela Universidade de Brasília (2015 - 2020). Integra o Boto - Grupo de Leitura e de Pesquisa de Gênero, Cosmopolíticas e Ensino de Filosofia. Principais áreas de interesse incluem: Filosofia Africana, Feminismo, Filosofia do Ensino de Filosofia e Filosofia Política. E-mail: jessylara015@gmail.com

Keywords: Christianity. God. Philosophy of Religion. Medievality. Theology.

Introdução

Uma das indagações metafísicas mais proeminentes, e, de acordo com Brian Garrett (2008, p. 14), mais antigas é aquela sobre a existência de Deus. Autores como os quais nos detivemos neste breve estudo, valeram-se de diferentes abordagens para tratar dessa temática inesgotável, originando também diversas versões e variações dos argumentos aqui expostos, bem como contraprovas a eles - como por exemplo, o famigerado argumento ou problema do Mal (de que não trataremos pela impossibilidade do espaço).

Neste seguimento, acertado é destacar que o termo “prova” foi utilizado para designar tais formulações principalmente porque os autores pretendem extrapolar o domínio da fé, partindo então de argumentações que julgam racionais, de estruturas lógicas, para chegarem às suas conclusões. Desse modo, tais autores não visam apresentar nessas argumentações o motivo ou as fundamentações de sua fé (embora não as abandonem), mas sim demonstrar da maneira mais racional possível as evidências da existência de Deus. E, ademais, a validade metafísica desse tópico pode ser atestada uma vez que o objeto de estudo “Deus” é tido por diversos autores, como para o aristotélico Tomás de Aquino (XIII d. C), como um ente suprassensível.

Ora, a defesa da existência de um ou mais deuses está presente ao longo da tradição filosófica, todavia, no interior da Filosofia Cristã encontramos formas específicas de induzir e deduzir a questão. Boehner e Gilson (2012) apontam algumas dessas características que são compartilhadas inclusive com os autores que trabalharemos a seguir, são elas:

1. *Uma filosofia cristã consta exclusivamente de proposições suscetíveis de demonstração natural*, ou seja, suas proposições são eminentemente expressas com base na experiência ou em reflexões estritamente racionais, o domínio das verdades reveladas são relegadas a teologia, embora se admita um nexos íntimo entre as duas;

2. *Uma filosofia cristã principia-se de forma consciente da fé cristã⁴*, tal preceito sustenta que toda e qualquer filosofia é falível, que a humanidade no seu decurso da Terra jamais alcançará a verdade, mas nenhuma filosofia cristã tolerará franca contradição com as escrituras sagradas, afinal, (a) a fé supostamente preservaria a

⁴ No seu livro os autores apontam que o pensamento cristã é e somente o pode ser desde que esteja subordinado à Igreja, ora, tal conceituação é problemática quando pensamos filósofos protestantes que mantém conexões profundas com os ensinamentos cristãos e que podem ser classificados com filósofos cristãos desde que excetuada essa condição sem alterar os demais pré-requisitos listados, de forma que ressaltamos na relação com as escrituras sagradas no lugar da Igreja.

filosofia de muitos erros - pois a fé traça os limites invioláveis da razão, isentando a filosofia de erros em questões essenciais, além de (b) propor certas metas ao conhecimento racional – uma vez que embora cerceada à razão cabe aprofundar e analisar as verdades reveladas procurando torná-las acessíveis ao saber natural de forma a transfigurar as crenças religiosas em argumentos racionalmente evidentes, (c) determinar a atitude cognoscitiva do filósofo cristão - radicalmente diferente dos demais filósofos que creem na especulação abandonada a si mesma, esse possui um trajeto definido que supre a necessidade de (re)formular indefinidamente os mesmos problemas, e (d) traçar o sentido do labor filosófico - p filosofar para o filósofo cristão não é aquele que na busca pela verdade encontra seu destino, e sim aquele que busca a verdade eterna que é seu deus, de forma que a Filosofia é um caminho de edificação e conseqüentemente tarefa religiosa. (Cf. BOEHNER & GILSON, 2012, pp. 11 – 13);

3. *Toda filosofia cristã está norteadada pela tradição*, implicando que toda empreitada nova é uma parcela dentro de um conjunto passível de ampliação, contribuição e extenso diálogo com os predecessores;

4. *As filosofias cristãs tendem a fazer uma seleção entre os seus problemas*, isto é, ao longo do cristianismo uma série de questões foram trabalhadas e retrabalhadas, contudo uma pequena soma de desafios interpelaram mais do que outros, em especial as questões sobre essencialidade e subordinação, da existência da alma, da liberdade, a natureza da lógica e da epistemologia e as estruturas das ciências;

5. *As filosofias cristãs manifestam, quase sempre, uma tendência sistematizadora*, assim dizendo, porque elas pretendem uma visão total da realidade. (Cf. BOEHNER & GILSON, 2012, pp. 13 – 14).

Qualquer reflexão afirmativa sobre a existência do deus cristão forçosamente passará por esses “comandos”.

Diante disso, vale pontuar a alcunha concedida ao nosso objeto de estudo como sendo o “deus dos filósofos” uma vez que, como próprio da atividade filosófica cristã ou teísta em geral, os autores detiveram-se sobre as estruturas e propriedades desse deus, em lugar de aspectos que aludissem a determinadas crenças e demais aspectos da fé. Nesse sentido, para fins de especificações e de definição, o deus referido por esses tais argumentos possui, segundo Garrett (2008, p. 15), três principais características: a onipotência, a onisciência e a bondade.

Entendemos ainda, que uma importante justificativa para esse recorte centra-se no fato de que é sobre a questão da existência de Deus, ou, mais precisamente, de uma concepção criacionista (ou não) que nos direciona para uma das divergências entre a metafísica tomista e a aristotélica. Desse modo, apesar de que haja a tendência em aproximarmos ou identificarmos fortemente as teorizações dos autores, de tal maneira que Tomás meramente comentasse e especificasse o que disse Aristóteles,

um olhar mais aprofundado permite-nos distinguir que o estagirita fora tão logo um horizonte, uma inspiração (ainda que forte e importante) para o pensador medieval.

Tendo-se dito isso, abordaremos aqui de forma breve e expositiva três argumentos principais que intentam provar a existência de Deus. São eles os argumentos: ontológico, teleológico cosmológico e do desejo, no *corpus philosophicum* dos filósofos cristãos Anselmo de Cantuária, Tomás de Aquino e C.S. Lewis, respectivamente. A partir desse recorte, intentamos oferecer um panorama conciso sobre a temática tratada percebendo as perspectivas dos autores e suas construções argumentativas, sejam elas a priori ou a posteriori, e como elas puderam contribuir e ampliar a discussão desse tópico metafísico.

Anselmo: Argumento Ontológico

Anselmo de Cantuária foi um monge italiano nascido no século XI d. C., e é a ele atribuída a autoria do argumento ontológico da existência de Deus em sua primeira versão (GARRETT. 2008, p. 17). A receptividade da prova anselmiana, no entanto, não ocorreu como que por unanimidade. Alguns autores como Tomás de Aquino, do qual também falaremos, Kant⁵, e o monge Gaunilo⁶, por exemplo, o contestam ou recusam. Já outros como Duns Scotus e Descartes o reformulam, propondo outras variações dele. De uma perspectiva contemporânea pode-se dizer ainda que o argumento não conta com a estima que outrora possuiu, ainda que não saibamos consensualmente a partir de quando ele caiu em desuso.

40

De acordo com Sidney Silveira (In. ANSELMO. 2016, p. 19) o argumento do autor impressiona pela simplicidade como é construído. Assim, a fim de explicitar um pouco sobre a estrutura argumentativa de que utiliza-se Anselmo, podemos especificar que na prova ontológica as articulações entre premissas e a conclusão do argumento são construídas *a priori*. Isso significa que o argumento não requer nenhum tipo de conteúdo empírico validar-se, e esta é, por exemplo, uma das razões pelas quais é rejeitado na filosofia tomista (GARRETT. 2008, p. 22).

A partir disso, podemos afirmar que as proposições empregadas são do tipo analítico, ou seja, que partimos da própria noção ou conceito de algo, nesse caso, de Deus, bem como das consequências dessa definição, para explicarmos a sua existência, de maneira dedutiva (GARRETT. 2008, p. 17). Nesse sentido, Garrett (2008) ressalta que com a estruturação desse tipo de argumento pretende-se que ele seja tão pungente e adquira tamanha força de qualquer outro que se valha de noções lógicas e/ou matemáticas para sustentar-se. Passemos então ao argumento em si.

⁵ Segundo Sidney Silveira na apresentação do *Proslógio* de Anselmo (2016, p. 19) Kant estabelece uma das mais ferozes críticas a esse argumento, ponderando que, qualquer que seja o ente, a mera existência não é um predicado.

⁶ Com quem Anselmo estabeleceu uma discussão, e assim, pôde responder à sua crítica.

Diz o autor em seu Proslógio:

O insensato tem de convir que tem no intelecto a ideia de um ser acima do qual não pode pensar nada maior, porque quando ouve enunciar este pensamento entende-o, e qualquer coisa que se entenda está no intelecto. E, sem dúvida alguma, esse objeto acima do qual não se pode pensar nada maior, não existe somente na inteligência, porque, se assim fosse, poder-se-ia supor, pelo menos, que existe também na realidade, nova condição que faria um ser maior do que aquele que não tem existência senão no puro e simples pensamento. Portanto, se esse objeto acima do qual não há nada maior estivesse somente na inteligência, seria, sem embargo, tal que haveria algo acima dele, conclusão esta que não seria legítima. Existe, por conseguinte, sem sombra de dúvida, um ser acima do qual não se pode pensar o que quer que seja, nem no pensamento nem na realidade (ANSELMO, *Proslogion*, I, 2).

A defesa do argumento continua nos dois próximos capítulos, mas, de maneira geral, ele pode ser sintetizado neste parágrafo. Segue-se dessa exposição, que a definição mesma de “Deus”, intuitiva e necessariamente prova a sua existência. Ora, se Deus é: ‘algo do qual não se pode conceber nada maior’, ou, caso preferirmos, de mais perfeito, a própria noção dessa divindade demanda que ela exista no pensamento, mas também na realidade. Isso porque, caso exista apenas como noção mental, podemos afirmar com certeza que existe algo maior do que tal noção, qual seja, a noção que transcende o pensamento e é também na realidade, contrariando a própria definição inicial, que é a definição mesma de Deus.

Nesse contexto, Brian Garrett (2008, p. 17) ilustra de maneira didática o argumento, desmembrando as premissas e a conclusão. Para perfazer o caminho do filósofo, enfatizamos os pontos principais das teorizações de Anselmo: (1) Deus é um ser perfeito, do qual nada maior pode ser pensado; (2) Deus existe como conceito mental ou também possui existência real; (3) se um ser existe somente no entendimento, então podemos conceber algo maior ou mais perfeito, isto é, um ser que exista tanto no entendimento quanto na realidade; (4) Todavia, a definição de Deus é a de um ser do qual nada maior pode ser pensado; (5) Logo, Deus não pode existir apenas no entendimento; (6) Ele tem que existir também na realidade; (7) Logo, Deus existe na realidade.

Segundo Silveira, nas teorizações do filósofo “perfeito é aquilo que não falta nada para ser o que é” (In. ANSELMO. 2016, p. 19). Entende-se portanto que o ‘esse’, isto é, o ser fundamenta a realidade, e assim, que a perfeição divina implica que não haja carências de ser (no caso, na realidade), ou seja, uma fraqueza ontológica. Desse modo, que Deus exista na realidade, conforme o argumento ontológico anselmiano, é necessário, do contrário, sintetiza Silveira (2016, p. 19), há um tipo de imperfeição em Deus, que possui a mesma natureza dos entes mentais, o que implica em uma contradição no próprio conceito de Deus.

Nesse sentido, a argumentação elaborada por Anselmo e acima apresentada faz jus ao nome de argumento ontológico (e também é apriorístico) uma vez que se vale apenas da análise racional das propriedades do ser para asseverar a validade lógica de suas proposições. A partir dessa análise, pode-se constatar então uma diferença ontológica entre Deus e os demais entes, donde estes são concebidos como contingentes, e assim, sempre podemos pensar algo maior ontologicamente, e Deus é necessário, perfeito, puro ser.

Quando o argumento anselmiano é-nos apresentado, surgem algumas flutuações, principalmente com relação a passagem do estatuto de um ente do entendimento para a realidade, isto é, quanto às consequências ontológicas (GARRETT. 2008, p. 18). Desse modo, em um primeiro momento, podemos levantar a objeção de que a mera formulação psicológica de um conceito não pode acarretar em sua existência real, pois, se eu penso em um objeto ele, disso não decorre necessariamente que ele exista na realidade. Garrett (2008, p. 19) lança ainda o exemplo de que a mera definição verbal designada a “solteiro”, enquanto um “alguém não-casado” não garante a existência deles no mundo, do mesmo modo como não garantem as definições para unicórnios. No entanto, como dissemos anteriormente, o estatuto ontológico de Deus não é mesmo dos demais entes, que não possuem qualidades maximais, isto é, qualidades segundo Garrett (2018, p. 20) “que não podem ser possuídas em um grau maior”⁷. Assim uma réplica poderia ser feita ao dizermos que na própria noção de Deus a existência é-lhe um atributo.

42

A título de exemplificação, podemos apresentar uma objeção plausível ao argumento exposto quando questionamos o modo como Anselmo concebe o conceito mesmo de “ideia”, isto é, como elas adquirem suas referências. De acordo com Garrett (2008, p. 19), o filósofo caiu em uma condição lógica denominada “falácia da reificação”, que ocorre quando confundimos dois casos diferentes, isto é, (1) mentalizar um conceito ou ideia, entendendo e memorizando o seu significado, e (2) a própria noção do conceito ser objetivada, ou seja, ser materializada, estar contida na mente. Noutros termos, quando entendemos como iguais conceito e objeto, ignorando que se o primeiro tem existência mental, o segundo existe na realidade, e não na mente, ocorre essa falácia, que coisifica conceitos. E, assim, mesmo que entendamos o conceito de Deus, não há algo com suas atribuições em nossa mente.

⁷ O autor mencionado, apresenta esse conceito ao falar do argumento de Gaunilo contra Anselmo. Este, seria positivo ao demonstrar, por meio de uma analogia, como as conclusões do argumento anselmiano foram absurdas (embora não exponha onde encontra-se o erro), mas, por outro lado, Gaunilo peca na medida em que as suas exemplificações sobre uma ilha imaginária não contém o mesmo tipo de qualidades atribuídas a Deus, isto é, não possuem qualidades maximais. Para exemplificar, uma qualidade não-maximal seria por exemplo a grandeza dos números, que não é máxima pois podemos sempre pensar em um número maior; enquanto a grandeza de Deus, ou seja, sua onipotência, por exemplo, é maximal, pois não há grandeza maior.

Nesse segmento, é precisamente nesse ponto do argumento que estabelece-se uma das discordâncias entre Tomás e Anselmo quando a prova de Deus. Conforme as considerações de Silveira (In. ANSELMO. 2016, p. 19), Tomás não pôde conceber a passagem do pensamento para a realidade feita no argumento anselmiano, e assim, o rejeita. Para especificar, tal rejeição ocorre porque ele compreende que houve uma má diferenciação entre “*esse in intellectu*”, isto é, o “ser no intelecto” e “*intelligere rem esse*”, ou seja, o inteligir o ser na realidade (tradução livre). Desse modo, segundo o autor supracitado (2016, p. 19) Tomás rejeita a relação lógica entre as duas partes do argumento, âmbitos: nocional e real, e, desse modo, aceita a primeira parte do argumento (i.e. podemos conceber que Deus é perfeito), mas não a segunda.

Aquino: Argumento Teleológico

De acordo com a teologia e filosofia da religião tomista, devemos considerar primeiramente Deus e depois a criatura. Partindo deste princípio a doutrina da fé se torna mais perfeita que a filosofia, pois se assemelha ao conhecimento de Deus, que conhece as criaturas e a si mesmo. De acordo com a visão aquinate, o conhecimento de Deus é o ponto mais alto do conhecimento humano. As duas ordens do conhecimento, a do conhecimento natural e a do conhecimento da fé não se contradizem, pois foram criadas por Deus, e também pelo fato de que a natureza humana foi dotada por ele com os princípios da razão, que são a base do nosso conhecimento. Sendo assim, as contradições de princípios não podem partir da sabedoria divina. Para Tomás de Aquino, todo o discurso filosófico a respeito de Deus deve estar fundamentado na prova de sua existência, se assim não o for, o discurso não terá validade.

Pelo fato da impossibilidade de conhecermos a essência de Deus, a alternativa viável que temos para obter conhecimento sobre ele é através de sua criação, dessa forma, entendemos Deus como causa de todas as outras coisas, de forma a negar que o que é próprio da criatura não faz parte da essência divina. Desse modo, o conhecimento acerca da existência de Deus é algo posteriori, a possibilidade de reconhecer a existência de Deus não é evidente, necessitando assim, buscar o conhecimento por meio de seus atos.

Uma evidência é aquilo que não pode ser visto. A necessidade de demonstrar algo surge quando uma verdade não pode ser acessada pela inteligência imediatamente. Para Tomás, há duas possibilidades para algo ser evidente: em si mesmo e não para nós e em si mesmo e para nós. Algo se faz evidente por si mesmo quando o predicado já está incluído na razão do sujeito.

De acordo com Tomás a proposição ‘Deus existe’ é do tipo que é evidente por si mesma, mas não para nós. Evidente por si mesma por existir uma identidade entre predicado e sujeito, mas não para nós porque não possuímos conhecimento sobre a essência divina. Desse modo, a proposição ‘Deus existe’ precisa ser demonstrada para

que possamos perceber que no exemplo da proposição 'Deus existe', o predicado existir está inserido na essência divina.

A evidência imediata é uma verdade que não necessita de outra verdade para ser compreendida, ela é compreensível por si mesma. Já a evidência mediata, necessita de uma outra verdade para tornar possível a compreensão da primeira e também da mediação do raciocínio. A proposição 'Deus existe' é uma evidência mediata, pois para se fazer com que ela seja evidente para nós, é necessário demonstrá-la através do raciocínio.

O ato de demonstrar consiste em tornar clara uma verdade através de outra verdade. Em Tomás de Aquino temos duas formas de compreender uma verdade através de outra, a primeira consiste em começar da causa até alcançar o efeito, já a segunda forma consiste em iniciar a partir do efeito para posteriormente alcançar a existência da causa. A natureza da causa implica a ordem dos atributos. A causa deverá possuir uma natureza que em sua essência já esteja inserida a sua existência.

Um ser que possui uma essência idêntica a existência e que todas as coisas dependem dele como causa, só pode ser Deus. Desse modo, se Deus existe, e se ele é a razão para toda as outras coisas existirem, todas as coisas dependem dele para existir. A prova é desenvolvida a posteriori, pois os efeitos de Deus no mundo são evidentes aos sentidos. Tomás afirma que a demonstração da existência de Deus pela via racional não contradiz a fé, pois tanto a existência de Deus como as verdades referentes a ele que são naturalmente acessíveis não são conhecimentos exclusivos da fé, mas anteriores a ela, e também pelo fato de que não há impedimento para que tudo o que é naturalmente acessível e que pode ser conhecido seja concebido como uma verdade da fé por quem não conseguiu apreender a demonstração.

44

Em Aquino temos cinco vias para se provar a existência de Deus, que são respectivamente:

1) *A via do movimento* – A primeira via é a mais manifesta e parte da certeza atestada pelos sentidos do movimento das coisas. Percebemos no mundo o fato do movimento, tudo o que se move não pode mover-se a si mesmo, dessa forma, todo o movimento depende de um motor. Mover é levar algo que está em potência a estar em ato. O que é movido está sempre em potência para aquilo o que o move, e o que o move está sempre em ato para aquilo que move. Como nada move a si mesmo, nada passa da potência ao ato senão por um ente em ato. O ato deve preceder à potência, como o movente ao movido. Como existe movente e movido, potência e ato, precisamos admitir um primeiro motor e um primeiro ato, sem o qual não haveria lugar para os outros moventes, nem para os outros atos, dessa forma, admitimos Deus como o primeiro motor imóvel, pois ele é ato e potência, imutável;

2) *Causa eficiente* – um ente produzir outro ente. No mundo sensível, é perceptível uma ordem de causas eficientes, nesse sentido, não existe uma coisa que

seja a causa eficiente de si mesma, pois para tal, ela deveria ser anterior a si mesma, o que é impossível. Se anularmos a causa, também anulamos o efeito, dessa forma, a causa eficiente é necessária, e como há uma ordem dentro das causas, não é possível regredir infinitamente, dessa forma, uma primeira causa eficiente se faz necessária, que é Deus;

3) *Contingente e Necessário* - No mundo existem várias possibilidades de ser e de não ser. Podemos observar que os seres geram e se corrompem, demonstrando assim que são contingentes. Dado a natureza dessas coisas, seria impossível que elas tenham existido sempre, pois o que pode não ser, em algum tempo não existia. Para Tomás, o começo temporal do mundo é um dado que excede a razão e só pode ser demonstrado de forma definitiva, pela fé. Em todas as coisas, a essência é distinta da existência. O contingente não pode existir sem o necessário, sendo assim, tem de haver um ser necessário por si mesmo, razão de ser todo ser contingente. Somente esse ser seria puro e simplesmente necessário;

4) *Graus de perfeição* - Esta via se relaciona com a gradação que se pode encontrar nas coisas. O bem, o verdadeiro, por exemplo, são considerados uma perfeição, nesse sentido, há vários graus de perfeição, variando do mínimo para o máximo, sendo assim, existe algo que atinge o máximo dos vários graus de perfeição, e algo que possui o grau máximo de perfeição também o possui na questão de ser (Aristóteles), e o que é máximo em cada gênero é a causa de todos os outros participantes do gênero, desse modo, deve existir para os entes algo que seja a causa de seu ser, de sua bondade e de qualquer outra perfeição, o que é chamado de Deus;

5) *Governo das coisas* - As coisas no mundo que carecem de conhecimento agem em função de um fim, elas alcançam seu fim por meio de uma predisposição. Sendo assim, tudo o que não possui inteligência não alcança o seu fim sem que seja direcionado por algum ente dotado de conhecimento e inteligência, desse modo, é necessário que exista algum ser inteligente que impulse todas as coisas naturais para seu fim. Esse ser é Deus.

Diferentemente dos que o precederam e usaram a via ontológica para provar a existência de Deus, Tomás adota a via cosmológica, desse modo, o conhecimento da existência do ente, que é a condição necessária para a existência de todos os outros entes, parte da contingência do mundo e dos dados da experiência sensível. Tomás de Aquino apresenta a prova da existência de Deus por essa não ser evidente, e diante desta questão, inicia uma verificação para saber se é possível uma demonstração pela razão, e ao concluir que existe tal possibilidade, crê que a demonstração é necessária. Tomás não prova o que Deus é, não era essa a sua intenção, mas apresenta provas consistentes de que Deus existe. O conhecimento de Deus só pode ser alcançado pela revelação, enquanto que a essência divina está na beatitude eterna.

Lewis: Argumento Do Desejo

C.S. Lewis (1898 - 1963) foi um professor da cadeira de Literatura Medieval e Renascentista da Universidade de Oxford que ficou mundialmente conhecido pelas suas Crônicas de Nárnia e seu extenso trabalho a respeito de cultura, morte, guerra, poesia, mitologia e é claro, religião. Embora não muito conhecido, Lewis possui um argumento muito original que tenta provar a existência de Deus a partir do desejo.

Segundo Arend Smilde (2014), o termo *argumento do desejo* foi imputado a Lewis por John Beversluis em seu *C. S. Lewis and the Search for Rational Religion* no ano de 1984. Para Beversluis o pensamento lewisiano carece de qualidade expositiva, exigindo uma sistematização externa aos seus escritos, de forma que os comentadores subsequentes digladiaram-se na força e na precisão do escopo do que com o tempo veio a se chamar de argumento do desejo.

Resumidamente, a estrutura argumentativa pode ser descrita da seguinte forma:

1. A natureza não cria nada em vão;
2. Os humanos possuem um desejo natural (Regozijo) que seria em vão, a menos que algum objeto que nunca é dado em meu modo de existência presente possa ser obtido por mim em algum modo de existência futuro;
3. Portanto, o objeto deste desejo natural, de outra forma vão, deve existir e ser obtido em algum modo futuro de existência.

Uma outra forma de apresentar poderia ser a seguinte, proposta por Lindsley (2003):

1. Premissa principal: Todo desejo natural ou inato em nós aponta para um objeto real correspondente que pode satisfazer o desejo;
2. Premissa menor: existe em nós um desejo em que nada no tempo, nada na terra, nenhuma criatura pode satisfazer;
3. Conclusão: existe algo fora do tempo, da terra e da criação que pode satisfazer este desejo.

Em um primeiro momento, o argumento pode ser muito parecido com o argumento de Anselmo, porém Lewis concorda com a crítica kantiana do argumento ontológico, ou seja, que a presença de um conceito abstrato não prova que algo exista fora da mente. Para Donald T. Williams (2020) nosso filósofo não se vale nem de uma prova de dedutiva nem indutiva e sim abdutiva. Isso se dá por conta da questionabilidade das proposições - a existência de um desejo de fato evidencia a existência de seu objeto? Ora, para Lewis o fato de termos fome não significa que seremos saciados, mas que há algo que assuma a posição de saciedade, da mesma forma Deus ou o Paraíso. Williams enxerga nessa fragilidade a força do argumento, sua pessoalidade e sua provável não aplicação universal:

Pessoas que ainda são autenticamente humanas não estão de fato totalmente satisfeitas com o temporal e o físico, por mais que tentem se convencer de que estão. Mas você provavelmente não pode dissuadi-los de sua posição. Você só pode tentar despertar o desejo, abaná-lo até o ponto em que eles não possam mais ignorá-lo. E a melhor maneira de fazer isso é viver uma vida de abertura transcendente para a alegria diante deles. [...] Coisas desconhecidas têm uma influência secreta sobre a alma e, como o centro da terra invisível, atraem-na violentamente. Amamos não sabemos o quê e, portanto, tudo nos seduz. ... Você não se sente atraído pela expectativa de alguma Grande Coisa? ... Desejos infinitos satisfeitos produzem alegrias infinitas ... Você deve querer como um Deus para que possa ser satisfeito como Deus. (2020).

A prova da existência, a fé e mesmo a confrontação racional são elementos vividos, existências ou como nos lembra Smilde: fruto de uma dialética vivida. A “prova ontológica” de Deus para Lewis é dada não em forma de silogismo, mas pelo acúmulo de experiência que confronta a existência nas dinâmicas do desejo presentes na vida, dialética essa que corresponde a perfeita fusão da filosofia e da escrita lewisiana que converge o trabalho argumentativo com a forma imaginativa de escrever. Não haveria maior forma de provar a existência de Deus que a experiência vivida, a contingência radical dos momentos que o desejo jamais cessa de procurar sua satisfação transcendente.

Tassos Lycurgo (2015), numa tentativa de esclarecer o que seria o desejo por Deus separa, pelo menos, dois tipos os desejos: os naturais e os artificiais.

Os desejos naturais são originados da própria natureza e necessariamente são capazes de serem satisfeitos por um objeto real. Por exemplo: o sono, o frio, a fome. O ser humano que não atende esse desejo atenta à própria condição humano. Os desejos artificiais são aqueles que principiam-se de elementos externos, elas vem da sociedade, da ficção, dos caprichos e etc. e não necessariamente correspondem ao mundo real e assim não podem ser satisfeitos. Tais desejos podem se relacionar com um objeto real, mas continuam sendo não-naturais, como por exemplo, os desejos de compra por status social. Um exemplo de desejos artificiais de um objeto não real é a vontade de participar de uma aventura desenvolvida em um romance, como as próprias Crônicas de Nárnia.

Assim, só objetos reais poderiam ser satisfeitos pelos desejos naturais e a humanidade possuindo um desejo inato que nada nesse mundo consegue satisfazer, devemos forçosamente acredita que a satisfação dele está fora do mundo. Nas palavras de Lewis:

“As criaturas não nasceriam com desejos se não existisse a satisfação para esses desejos. Um bebê sente fome: bem, existe a comida. Um pato deseja de nadar: muito bem, existe a água. Os seres humanos sentem desejo sexual: muito bem, existe o sexo. Ao descobrir em mim

um desejo que nenhuma experiência deste mundo pode satisfazer, a explicação mais provável é que eu tenha sido criado para um outro mundo. (...) Tenho de manter vivo em mim o desejo pela meu verdadeiro terra país de destino, aquele que não encontrarei antes da minha morte; nunca devo deixar que ele sufoque ou fique de lado; a jornada para esse outro mundo e a ajuda para que os outros façam a mesma coisa devem se tornar o objeto principal da vida” (LEWIS, 2017, p. 183 - 184)

Considerações Finais

O que se pretendeu neste pequeno artigo foi apresentar de forma introdutória três argumentos para a existência de Deus tendo como base a tradição cristã, mas analisando-os como temas filosóficos. Tal discussão ainda se faz atual na medida em que os debates sobre ontologia, em especial sobre os fundamentos da realidade, ainda se encontram a todo vapor nas reflexões filosóficas tanto na Ética, na Filosofia da Ciência, na Metafísica e na Filosofia Política.

Em um primeiro momento tratamos do argumento apriorístico de Anselmo da Cantuária. No segundo o argumento aposteriorístico de Tomás de Aquino. E no terceiro o argumento “processual” (dialética vivida) de Lewis. Mais do que questão de Fé, os argumentos de Deus pretendem partir de bases racionais ou minimamente intuitivas para afirmar uma força ou primeiro motor, como diria Aristóteles, que ordena o cosmos. Assim, cada um dos três argumentos apresentados partem de pontos diferentes, percorrendo caminhos divergentes, mas como o mesmo propósito, qual seja, fazer argumentações e teorizações sobre a existência de um ente suprassensível, superior aos demais, que pode ser racionalmente concebido e apresentado.

Referências

- ANSELMO. *Proslógio*. Trad.: Sérgio de Carvalho Pachá. Porto Alegre: Concreta, 2016. (Col. Escolástica)
- CAMPOS, Sávio Laet de Barros. *As Provas da Existência de Deus em Tomás de Aquino*. Porto Alegre: FI, 2016.
- GARRETT, B. *Metafísica: conceitos-chave em filosofia*. Trad.: Felipe R. Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- JULIÁN, Mariás. *História da Filosofia*. Prólogo: Xavier Zubiri. Epílogo: José Ortega y Gasset. Trad.: Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KREEFT, Peter. C. S. “Lewis’s Argument from Desire”. In: MACDONALD, Michael H. & TADIE, Andrew A. (Orgs.). *The Riddle of Joy: G. K. Chesterton and C. S. Lewis*. Grand Rapids, MI, Eerdmans, 1989. Pp. 270–71.
- LEWIS, C.S.. *Cristianismo puro e simples*. Trad.: Gabriele Greggersen. 1 ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LINDSLEY, Art. *Argument From Desire, Do our desires point to something or nothing?*. In *Knowing & Doing*, Disponível em: <https://www.cslewisinstitute.org/webfm_send/396>. Acesso: 26.04.2022.

LYCURGO, Tassos. “O Argumento A Partir Do Desejo: A Angústia Da Humanidade Somente Faz Sentido Em Um Universo Teísta” in: *Entrelaços do coração*. Disponível em: <<https://entrelacosdocoracao.com.br/2015/07/0-argumento-a-partir-do-desejo-a-angustia-da-humanidade-somente-faz-sentido-em-um-universo-teista>>. Acesso: 26.04.2022.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. *História da filosofia: patrística e escolástica*. Trad.: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003. (História da Filosofia: Volume 2)

SMILDE, Arend. *HORRID RED HERRINGS - C. S. Lewis and the “Argument from Desire*. In: *Journal of Inklings Studies*, vol. 4, no. 1, abril, pp. 33-92, 2014. Disponível em: <<http://www.lewisiana.nl/redherrings/>>. Acesso: 26.04.2022.

WILLIAMS, Donald T. “Made for Another World: C.S. Lewis’s Argument from Desire Revisited”. In: **CRI**. Data de publicação: 03.02.2020. Disponível em: <<https://www.equip.org/article/made-for-another-world-c-s-lewiss-argument-from-desire-revisited/fbclid=IwARiRmcRbuVMwyodzJVY4baw8uHXKrNBWmQh6BYjR-zuqBfBu3eQjuJevSbk>>. Acesso em: 26.04.2022.

WILLIAMS, Peter. “C.S.Lewis as a central figure in formulating the theistic argument from desire”. In: *Linguaculture*, v. 10, n. 2, pp. 115 - 133, 2019. Disponível em: <http://journal.linguaculture.ro/images/2019-2/Linguaculture%202019_11_Peter%20S%20Williams.pdf>. Acesso em: 26.04.2022.

Submissão: 26. 04. 2022 / Aceite: 15. 07. 2022